

A globalização e os desafios da Universidade Pública na América Latina

*Ernâni Lampert**

Resumo

O estudo aborda um tema muito debatido e polêmico, que envolve implícita/explicitamente as universidades de países desenvolvidos, de países de economia planificada e de países subdesenvolvidos. São aprofundadas algumas questões que caracterizam o projeto neoliberal e a globalização, que é decorrente desse processo. Discutem-se e apresentam-se alguns encaminhamentos para reflexão e sinalizações plausíveis para que a universidade pública enfrente a nova ordem política, econômica, social e cultural mundial que desafia os diferentes segmentos da sociedade, desobriga o Estado de funções sociais, aumenta o nível de desemprego em cifras nunca vistas anteriormente e exclui de condições dignas de cidadania parcela significativa da população do planeta.

Palavras-chave: neoliberalismo, globalização, universidade pública.

Abstract

Globalization is a polemic and discussed subject that involves universities of developed, undeveloped and planned economy countries implicitly and explicitly. Some matters that characterize the neoliberal project and the resulting globalization of the process are deepened. Some directions to reasonable reflections and signalizations are presented to Public University facing the new political, economical, social and cultural world order by challenging the different parts of society that discharge State of social functions so increasing figures of unemployment levels never seen before and excluding significant parcel of the planet population from human conditions of citizenship.

Key-words: neoliberalism, globalization, public university.

*Doutor em Educação; Professor do Dep. de Educação e Ciências do Comportamento - FURG

Algumas considerações sobre o Neoliberalismo e a Globalização

O capitalismo é uma das modalidades de práxis econômica do homem que passou por diferentes estágios e espaços geográficos. Existe há aproximadamente 500 anos e alcançou dimensões globais nos três últimos séculos. Caracteriza-se, principalmente, pela sua dinamicidade, crescimento e lucratividade. O capitalismo, para manter-se ao longo da história, passou por diferentes crises.

Para Gentili (1995), o neoliberalismo constitui um projeto hegemônico uma alternativa dominante para a crise do capitalismo contemporâneo que objetiva um profundo processo de reestruturação material e simbólica das nossas sociedades, e deve ser compreendido como um projeto de classe que orienta de forma articulada e, ao mesmo tempo, um conjunto de reformas radicais no plano político, econômico, jurídico e cultural. O que caracteriza este “novo” formato é a forma histórica que assume a reorganização das características já existentes em outros formatos de poder e aquelas originalmente criadas por este novo modo de dominação.

O neoliberalismo, como toda a dinâmica social, apresenta não apenas pontos favoráveis, como aqueles que ajudam os cidadãos a ter melhores condições de vida, mas também um número acentuado de aspectos prejudiciais que desorganizam de forma irreparável determinadas áreas (educação, saúde, etc.), para o favorecimento de outras (sistema financeiro, econômico, etc.) que privilegiam os grandes conglomerados e o capital internacional. “... A globalização abrange aspectos positivos e negativos, dando origem a tensões e conflitos entre o antigo e o novo, as tradições e a modernidade, refletidos nas posturas e discursos ideológicos dos diferentes atores sociais” (Rattner, 1995, p. 26).

Fagundes Vizentini (1996) assinala que o neoliberalismo, além da política de combate à inflação e ao déficit público, de privatização do setor estatal e de restrições favoráveis às tecnologias de ponta, também questiona as conquistas sociais que os trabalhadores obtiveram ao longo de um século de lutas. Nessas economias semi-estagnadas, o desemprego alcança altas taxas, a sindicalização é reduzida, o sistema de seguridade social privado começa a ser privilegiado, os bolsões de miséria crescem. “É interessante observar que os Estados que evitam as políticas neoliberais ortodoxas são os que logram manter crescimento. É o que ocorre na área alpina, na Escandinávia e na Ásia Oriental” (p. 35).

No projeto neoliberal há o descaso do setor público em relação ao social, porque a iniciativa privada é vista como solucionadora de todos os problemas que afetam a sociedade. Cabe ao Estado fragilizado e delibitado

a incumbência de não interferir no mercado. Investimentos na saúde e educação, segundo a ótica neoliberal, devem ser regulados pelo mercado e podem ser explorados com fins lucrativos pela iniciativa privada. “... A educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão problematiza o crescimento econômico” (Gentili, 1995, p. 193). A educação, vista como treinamento para o desenvolvimento de habilidades e competências, deve ser regulada pelo próprio mercado. A formação de um cidadão crítico é substituída pela informação acrítica e alienante. É necessário produzir e estar integrado no mercado produtivo da economia global.

Com muita propriedade Ianni (1996) afirma que a “fábrica global, que articula capital, tecnologia, força e divisão de trabalho, instala-se sem fronteiras e, utilizando-se dos mais vários meios, dissolve fronteiras, agiliza os mercados e generaliza o consumo. Ela é capaz de promover a desterritorialização e a territorialização das coisas e idéias, promovendo o redimensionamento de espaços e tempos. Em relação à idéia de espaço, Ortiz (1997) diz que este passa por uma redefinição, pois as noções de proximidade e distância se alteram. Os meios de comunicação (satélites, TV a cabo, computadores, Internet, etc.) contribuem em muito para isso porque põem em contato as partes desconectadas de uma sociedade que se globaliza. A dilatação do espaço redefine a noção de território. Hoje em dia tudo se passa como se o espaço mundializado fosse uma colagem de fragmentos da mesma natureza, pois existem grupos sociais que têm a mesma maneira de viver, que se inserem na maturidade do movimento da globalização. Steingraber salienta que a informação, as viagens e a educação fazem com que as pessoas aceitem maior quantidade de produtos padronizados. As mudanças na tecnologia, nos meios de transporte e na área da comunicação, atreladas ao comércio global e aos investimentos, estão criando um mundo em que qualquer coisa pode ser feita e vendida em qualquer lugar do nosso planeta. “A multimídia - combinando voz, imagem e dados redefine a indústria e cria mercados. A Internet, por exemplo, repentinamente transforma-se em canal de distribuição e mercado” (1997, B2).

Além do exposto, os meios de comunicação, lançando mão de métodos sofisticados e convincentes, conseguem vender informações atualizadas, viabilizar, conduzir ou destituir alguém do poder e sobremaneira influenciar no modo de pensar, agir e sentir dos indivíduos menos esclarecidos, que normalmente são a maioria da população. Chauí (1996) assinala que o rádio e a televisão podem oferecer ao homem o mundo inteiro num instante, porém tal procedimento é feito de maneira que

o mundo real desaparece, restando apenas retalhos fragmentados de uma realidade desprovida de raiz no espaço e no tempo. Os meios de comunicação são capazes de formar a opinião pública e pô-la a favor ou contra o projeto neoliberal e a globalização da economia. A comunicação está a serviço dos grandes conglomerados e manipula as informações conforme seu interesse. Há a necessidade de se alertar a população para tomar consciência e opor-se. Isso sem dúvida não será uma tarefa simples e com certeza envolverá tempo e um esforço conjunto dos setores da sociedade.

Rattner caracteriza a globalização como:

“o resultado de um processo histórico cujos fatores dinâmicos são a concentração-centralização de capital, o desenvolvimento dos meios de comunicação e o despertar da consciência sobre o destino comum da humanidade. Essa tendência manifesta-se, também, na difusão de padrões de organização econômica e social, de consumo, de formas de lazer e de expressão cultural-artística, enfim, um estilo de vida decorrente das pressões competitivas do mercado, que aproximam culturas, políticas e práticas administrativas e difundem e generalizam os mesmos problemas e conflitos ambientais” (1995, p. 22).

Para Rodríguez Gómez (1995), o termo globalização descreve uma gama de transformações que se tem registrado no âmbito econômico, político, tecnológico e cultural e que tem em comum sua difusão e mútua relação em nível de sistema mundial. No plano econômico, o perfil preponderante é a conformação de um mercado de recursos, produtos e serviços de alcance mundial; na área política, o termo se justifica pela intensificação da tomada de decisões em um marco mundial e pela internacionalização de conflitos locais e regionais; no plano tecnológico, principalmente pelo desenvolvimento de fases do processo que implicam a desintegração do processo de produção e a deslocalização; no plano cultural, o fenômeno se refere em essência à integração de formas de comunicação e difusão de informações de alcance mundial, assim como os efeitos culturais desse processo. É um marco histórico que se caracteriza pela sua complexidade, cuja descrição obriga a simplificar um grande número de processos e eventos em uma limitada enumeração de aspectos paradigmáticos. Quanto aos países do terceiro mundo, estes estão inseridos nesse contexto a mando do grande capital e sem perspectiva de melhoria a curto e médio prazo. Afastados da modernidade, empobrecidos, endividados e sem recursos para investir em áreas prioritárias, esses países estão com as

mãos atadas, seguindo as determinações do Fundo Monetário Internacional. Cabe registrar que as mudanças neoliberais se intensificaram a partir das reformas de Gorbachev na União Soviética, em 1985, e praticamente culminaram com o esfacelamento da unidade do Leste Europeu. "En los últimos años de la década de los ochenta y en los primeros noventa, el factor de mayor peso en la coyuntura internacional se conformó por la crisis económica, seguida del desplome político de los regímenes socialistas en la ex-Unión Soviética y en Europa Oriental" (Rodríguez Gómez, 1995, p. 146).

Para poder competir em nível mundial, os países da América Latina são obrigados, a curto e médio prazo, a estabelecer austeros programas de privatização em praticamente todas as áreas. Uma série de questões devem ser levantadas sobre a problemática e inferir que a privatização não necessariamente gera novos empregos, preços mais acessíveis ao consumidor, investimentos e benefícios regionais, reestruturação, modernização e eficácia nas empresas. Privatizar não necessariamente significa redução de carga fiscal, eliminação da corrupção, acesso ao mercado internacional, aumento da produtividade, etc.

O modelo econômico-político adotado pela maioria dos países da América Latina tem em sua essência características neocoloniais, pois estes não conseguem acesso ao clube dos "países ricos", e são dependentes e submissos aos interesses dos países desenvolvidos. Utilizam um discurso de pós-modernidade, porém a prática é dissociada da realidade.

As intenções neoliberais nem sempre são explícitas a todos, e os seus efeitos normalmente não são imediatos. Sabe-se que as grandes decisões são centradas em empresas transnacionais; que são formados blocos econômicos para centralizar o capital; que a natureza do emprego é substituída, provocando desemprego, trabalho informal e exclusão social, e que a presença de organizações como FMI e OTAN é regulamentadora. Evidencia-se, através de dados estatísticos de diferentes organismos, que uma minoria cada vez menos representativa tem acesso aos avanços oriundos da ciência e da tecnologia, ao capital, ao trabalho, à escola, à universidade, à saúde e à aquisição de mercadorias nacionais e internacionais.

Portanto, o neoliberalismo, modelo transitório, cuja expansão ocorreu na América Latina no vácuo histórico provocado pelos acontecimentos mundiais dos últimos anos, pelos efeitos das ditaduras militares e principalmente pela falta de um projeto político-econômico-social sério, terá que ser enfrentado e desafiado com projetos alternativos.

Urge que todos os segmentos da sociedade estejam alertas e viabilizem projetos alternativos plausíveis para a reversão do panorama.

A política neoliberal e a universidade pública: algumas sinalizações e questões para reflexão

De acordo com Rodríguez Gómez (1995), a partir da década de 90, as universidades da América Latina vêm enfrentando o desafio de satisfazer com eficácia, em um ambiente de severas restrições financeiras, profundas mudanças econômicas e políticas de alcance mundial, as funções que historicamente a sociedade lhes tem atribuído. Ao mesmo tempo, as universidades reconhecem a necessidade de se adequar e modernizar suas estruturas, modalidades e formas de organização, seus modelos educacionais, para dar respostas satisfatórias às demandas que se originam da sociedade civil e do estado. As restrições de gasto social têm impactado negativamente os subsídios às instituições públicas de ensino superior da América Latina, limitando suas possibilidades de crescimento e desenvolvimento. Em relação a essas restrições, García Guadilla (1995) diz que as universidades públicas da América estão se sentindo pressionadas pela necessidade de buscar formas alternativas de financiamento. Entre as possibilidades, as relacionadas com o setor produtivo resultam como as alternativas mais fáceis de serem implantadas. Porém, o autor alerta que o setor produtivo não tem a necessária confiança de que as universidades podem ser úteis e a informação de como operacionalizar esse vínculo com as universidades.

A globalização da economia, a concorrência comercial internacional, a mundialização da cultura, o desenvolvimento da ciência da informação afetam diretamente a universidade. O conhecimento, a ciência e a tecnologia são ferramentas que modificam a natureza de trabalho, gerando/eliminando postos. Assim, as demandas emergentes da terceira revolução industrial impõem à universidade mudanças na gestão administrativa/pedagógica, nas relações com outras instituições, nos conteúdos programáticos, na metodologia de ensino, na forma de avaliação, no papel do professor, etc. A competição entre as universidades se acirrará. A universidade pública deverá repensar sua estrutura burocrática, os projetos de pesquisa e de extensão, o fazer pedagógico, a formação profissional, e operacionalizar programas de educação continuada para os seus egressos e comunidade em geral, para que possa atender satisfatoriamente à nova ordem mundial.

Frente a essa nova realidade desafiante, a universidade pública assume papel decisivo e diverge daquele outorgado pela sociedade em anos anteriores. A universidade terá que necessariamente se engajar no projeto

global, sob pena de ser excluída, marginalizada e classificada como obsoleta, tendo como única saída a privatização. Numa primeira instância, essa idéia parece descabida. Entretanto, é imprescindível lembrar, como já foi discutido ao longo do texto, que o neoliberalismo não prioriza a área social. Logo, a educação, principalmente do 3º grau, precisa ser privatizada, pois há uma defasagem muito grande entre investimento e retorno. Tunnermann Berheim (1995) relata que o Banco Mundial assegura que na América Latina o custo de um graduado nas universidades públicas é sete vezes mais alto do que nas universidades privadas, devido principalmente às altas taxas de repetência e evasão. Em uma época de grandes limitações para o gasto com o público, é conveniente que se inclinem por níveis que assegurem maior taxa social de retorno com a educação privada e média, pois assegura-se a equidade social, conforme o Banco Mundial. Em contrapartida, estudos recentes de Reimers, citado por Tunnermann Berheim, demonstram que a América Latina investe menos por estudante de nível superior do que outras regiões do mundo, inclusive da África.

Em face dessa questão, há a necessidade de um forte esquema de resistência por parte dos diversos segmentos sociais, mas este deve ser provido de ações concretas, como já ocorreu no Brasil, especialmente no movimento estudantil de 1968, no movimento pelas eleições diretas nos anos 80, movimentos dos caras-pintadas e sem-terra na década de 90. Historicamente, os movimentos sociais têm agregado forças e abalado e enfraquecido o poder central e autoritário. Por outro lado, mister se faz chamar à responsabilidade professores e alunos das universidades públicas. Os professores, na grande maioria, recebem por pesquisa, porém é fundamental indagar sobre a produção de cada docente. Os discentes nem sempre se comprometem em levar o estudo a sério. Enfim, cada aluno e professor deverá contribuir para um ensino de qualidade e empenhar-se para recuperar a imagem do ensino público.

Afinal, o que significa a universidade pública engajar-se no projeto e como agilizar essa práxis?

Num primeiro momento, a universidade, através de uma variada gama de mecanismos e veículos, deverá realizar trabalhos que visem esclarecer a população, principalmente aquela marginalizada e excluída do processo produtivo, sobre o projeto neoliberalismo/globalização da economia, obrigações do estado, cidadania, etc. Esse trabalho demandará recursos e principalmente tempo. Contudo, será imprescindível, para recuperar a dignidade, a esperança de uma percentagem significativa da população brasileira. Essa conscientização será um passo importante na reconstrução de uma sociedade mais igualitária. “Las universidades públicas

en América Latina han sido el albergue natural de la conciencia cívica y crítica de nuestras sociedades” (Tunnermann Bernheim, 1995, p. 128).

Muitas universidades públicas da América Latina têm renome em pesquisas. A grande maioria das pesquisas são realizadas nas instituições de ensino superior. Esse percentual confere credibilidade e perspectivas. Urge que a universidade busque recursos governamentais e/ou não-governamentais e principalmente da iniciativa privada para abarcar ambiciosos projetos sociais que vão ao encontro das necessidades dos excluídos pelo projeto para incluí-los como cidadãos críticos e produtivos. Além desses projetos de cunho social, cabe à universidade, conjuntamente com o setor produtivo, realizar pesquisas de ponta para produzir tecnologia e conhecimentos, porque o atraso tecnológico não permitirá que a maioria dos países possam se integrar adequadamente na globalização, no que tange ao intercâmbio econômico, financeiro, educacional e cultural. Esses projetos permitirão que a universidade incremente sua receita e aperfeiçoe sua infraestrutura. A universidade pública tem cientistas de renome que podem levar a cabo esses empreendimentos. Agindo assim, as instituições de ensino superior poderão evitar a emigração de cérebros para países do primeiro mundo à procura de melhores salários e condições de trabalho propícias.

Outra forma de a universidade se aproximar da sociedade e prestar serviços relevantes à população é através da operacionalização curricular. Em vez do ensino tradicional, formal, estanque e teórico, é altamente produtivo que o discente, já nos primeiros semestres do curso, preste assessoramento e serviços à comunidade para resgatar e exercitar a cidadania, legitimar a práxis pedagógica e reaproximar a universidade da sociedade para uma melhor reflexão e superação das contradições existentes tanto na sociedade quanto na universidade.

Além da formação da consciência crítica da população, da realização de projetos de cunho social e de tecnologia de ponta, a universidade pública não poderá se descuidar de sua função essencial – a formação de recursos humanos de alto nível. Entretanto, essa formação deverá ser calcada em princípios sólidos que habilitem o graduado ou pós-graduado a agir crítica e produtivamente em serviços e mercados cuja globalização é a realidade desafiante. Sabe-se que hoje em dia a sociedade exigirá um perfil profissional com habilidades cognitivas e domínio de conhecimentos científicos para aprender a aprender e, sobretudo, assimilar as rápidas e profundas mudanças no mundo do trabalho oriundas da competitividade empresarial no atual processo de globalização, e felizmente a universidade tem dado conta dessa atribuição. A práxis da universidade, com algumas exceções pontuais, enfatiza ainda a informação e a possibilidade de formar

profissionais, quando o mundo hodierno apresenta diferenças marcantes e exige a formação do cidadão crítico, capaz de permanentemente aprender e enfrentar/agir com segurança num futuro incerto, cuja insegurança será uma das características.

O G-7 – o grupo dos sete países mais ricos do mundo – tenta assegurar a política do neoliberalismo em detrimento das outras nações. Para tal, aposta no reforço ao sistema financeiro para avançar nas reformas estruturais. Esse processo liberará cada vez mais as economias, e a abertura do mercado reduzirá o papel do governo, possibilitará avanços nas privatizações, arrochará salários e, no ensino, a qualidade e a eficiência, tão apregoadas, não se concretizarão. Portanto, é preciso que a universidade pública, a caminho para o terceiro milênio, adote uma nova formulação paradigmática capaz de torná-la uma instituição autônoma, competitiva e produtiva para construir e reconstruir uma sociedade mais solidária, que considere os marginalizados e os excluídos em sua proposta de trabalho.

Referências Bibliográficas

- ALVES, G. **Ofensiva neoliberal, toyotismo e fragmentação de classe.** *Universidade e Sociedade*, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 25-33, jan. 1996.
- BURKERT DEL PINO, M. **Neoliberalismo, crise e educação.** *Universidade e Sociedade*, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 75-81, jan. 1996.
- CATANI, A. M. (Org.). **Universidade na América Latina** : tendências e perspectivas. São Paulo : Cortez, 1996.
- CASASSUS, J. **La educación entre la globalidad y la localidad.** *Educación Brasileira*, Brasília, v. 18, n. 36, p. 13-33, 1. sem. 1996.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** São Paulo : Ática, 1996.
- CRUZ, R. M. **O significado social do trabalho diante do fenômeno da globalização** - a formação profissional repensada. *Revista da Faeeba*, Salvador, n. 6, p. 75-85, jul./dez. 1996.
- COSTA RIBEIRO, S. **On the urgent need for improving educational systems in Latin America.** *La Educación*, Washington, v. 34, n. 106, p. 89-99, 1990.
- DREIFUSS, R. A. **Globalização e cidadania.** *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 126, p. 16-19, set./out. 1995.

- DREIFUSS, R. A. (Entrevista). **Globalização, mundialização & planetarização** : os códigos do admirável mundo novo. *Rumos do Desenvolvimento*, Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, Brasília, v. 20, n. 123, p. 30-36, abr. 1996.
- GARCIA GUADILLA, C. **Globalización y conocimiento en tres tipos de escenarios**. *Educación Superior y Sociedad*, v. 6, n. 1, p. 81-101, 1995.
- GENTILI, P. **Que há de novo nas novas formas de exclusão educativa? Neoliberalismo, trabalho e educação**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 191-202, jan./jun. 1995.
- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1996.
- LAROUÏ, A. **Universidad, investigación, desarrollo**. *Perspectivas*, Paris, v. 21, n. 2, p. 261-268, 1991.
- McGINN, N. F. **Economic integration within the Americas : implications for education**. *La Educación*, Washington, v. 34, n. 106, p. 55-69, 1990.
- MUÑOZ IZQUIERDO, C. **La transformación de los sistemas educativos latinoamericanos ante los nuevos requerimientos de las economías de la región** : tendencias, retos y espacios para la cooperación internacional. *La educación*, Washington, v. 34, n. 106, p. 25-39, 1990.
- ORNELAS, C. **Globalización y conocimiento** : nuevos desafíos para las universidades latinoamericanas. *Educación Superior y Sociedad*, Caracas, UNESCO/CRESALC, v. 6, n. 2, p. 133-142, 1995.
- ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, n. 37.707, 13 jan. 1997.
- PADRÓS, E. S. **Ditaduras militares e neoliberalismo** : relações explícitas nos descaminhos da América Latina. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 16, p. 67-92, 1996.
- RATTNER, H. **Globalização** - em direção a um “ mundo só”? *Em Aberto*, Brasília, v. 15, n. 65, p. 19-30, jan./mar. 1995.
- SILVA, T. T. **Projeto educacional da “nova” direita e a retórica da qualidade total**. *Universidade e Sociedade*, v. 6, n. 10, p. 82-89, jan. 1996.
- STEINGRABER, F. **A rota da globalização**, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, n. 37.707, p. B2, 13 jan. 1997.
- RODRIGUEZ GOMEZ, R. **Universidad y globalización en América Latina**, *Educación Superior y Sociedad*, v. 6, n. 2, p. 143-158, 1995.
- TUNNERMANN BERNHEIM, C. **Una nueva visión de la educación superior**. *Educación Superior y Sociedad*, v. 6, n. 1, p. 123-136, 1995.

- VESSURI, H. M. C. **El futuro de la investigación científica y tecnológica en las universidades.** *Perfiles Educativos*, México, n. 51/52, ene./jun. 1991.
- VILLARROEL, C. A. **La enseñanza universitaria** : de la transmisión del saber a la construcción del conocimiento. *Educación Superior y Sociedad*, v. 6, n. 1, p. 103-122, 1995.
- VIZENTINI, P. G. F. **A nova ordem mundial** : crise, globalização e transição. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 16, p. 27-47, mar. 1996.